



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 9 de março de 2012

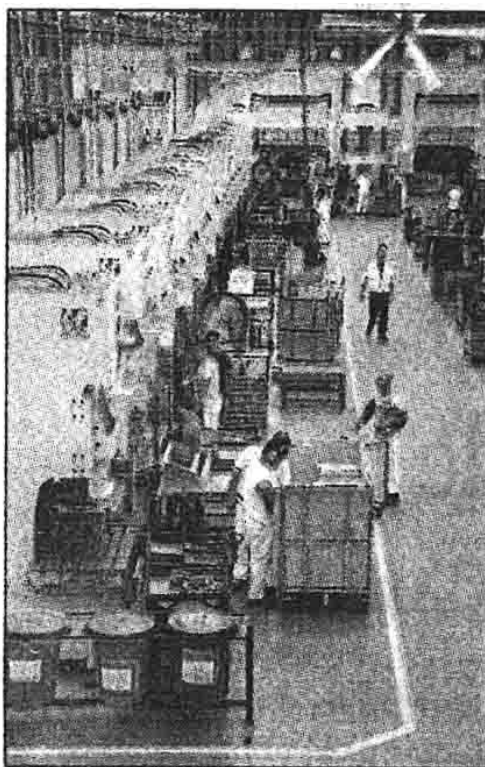
JORNAL DO COMMERCIO Tendência	1
CAPA	
JORNAL DO COMMERCIO Ponto de Partida	2
CAPA	
JORNAL DO COMMERCIO EDITORIAL	3
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO Follow-Up	4
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO CNI	5
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Nota Fiscal Eletrônica	6
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Regularização	7
EMPRESAS	
JORNAL DO COMMERCIO Contas	8
EMPRESAS	
JORNAL DO COMMERCIO Comércio em Ação	9
EMPRESAS	
A CRITICA TECNOLOGIA BARÉ	10
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Taxa unificada de ICMS pode beneficiar Estado	11
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Taxa unificada de ICMS pode beneficiar Estado (continuação)	12
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Estoques de juta e malva preocupam	13
ECONOMIA	

Tendência

Indústria não perde o otimismo com recuo

Apesar de o crescimento do faturamento real das indústrias em janeiro ter recuado 1,4% na comparação com o mesmo mês de 2011, a CNI avalia que a tendência para o setor é positiva.

Página A6



A indústria nacional perdeu pontos em janeiro, mas continua otimista

Ponto de Partida

COM o objetivo de sensibilizar os empreendedores que ainda não têm sua situação fiscal formalizada no Estado, a Frente Parlamentar Estadual de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Amazonas (Frempeei-AM) realizará, no próximo dia 23, o seminário “Políticas Públicas para Empreendedores”.

Página B7

EDITORIAL

Potenciais regionais e alternativas para a transição econômica

Na apresentação que a Suframa fez durante a sessão especial em homenagem aos 45 anos do modelo Zona Franca de Manaus, na quarta-feira (7), na Câmara Municipal, ficaram algumas dúvidas não respondidas aos vereadores quanto a um planejamento

de transição do modelo em vista das mudanças na política industrial brasileira e mundial.

Pelo que falou o superintendente Thomaz Nogueira, a Suframa tem potenciais vetores regionais, porém não tem nada consolidado que possa sugerir a criação de uma alternativa econômica de porte nem a médio prazo. Talvez porque

aqui as coisas importantes assumem um ar de novidade, e novidade é coisa passageira.

Ou talvez porque ainda não se consolidou, por aqui, a ideia de que o potencial humano é um dos requisitos básicos para o nascimento, com possibilidade de sucesso, de novas alternativas econômicas. Utilizar esse potencial em

sistema de produção que integre a habilidade laboral com a fabricação do produto final é uma soma que resulta positiva.

Um exemplo de aproveitamento positivo desse potencial é o polo da moda do Agreste, no Estado de Pernambuco, onde hoje, calcula-se que haja cerca de 20 mil empresas concentradas no setor de confecções,

principalmente, no Agreste do Estado, concebido para aproveitar o potencial dos conhecidos artesãos e artesãs da região.

Ora, se o trabalhador amazonense é capaz de assimilar tecnologias de ponta, o que não faria com habilidades do seu padrão de conhecimento dentro de uma indústria direcionada aos potenciais regionais?

Follow-Up



EMPRESARIAL

Competitividade Industrial (final)

Nos últimos dez anos o aumento de nossas exportações pouco teve a ver com a abertura de mercados por meio de acordos comerciais –foram assinados acordos, no âmbito do Mercosul, apenas com Israel, Egito e, agora, com a Autoridade Palestina. A exemplo da China e EUA, o governo brasileiro deveria estar discutindo com o setor privado novas estratégias de negociação de acordos de livre-comércio para acompanhar as mudanças que estão ocorrendo no mundo globalizado.

Enquanto isso, o presidente Obama, na mensagem anual ao Congresso, ofereceu um bom exemplo de como defender a indústria manufatureira do país, com uma clara visão estratégica. Tendo em vista os milhões de empregos ameaçados, o governo norte-americano ajudou as empresas, mas exigiu em contrapartida sua reestruturação, como ocorreu com a indústria automobilística. Na expectativa de trazer de volta os antigos empregos, Obama anunciou ambicioso programa de apoio à indústria americana, que incluiu reforma tributária, criação de impostos para as multinacionais que se instalassem no exterior e redução

de tributos para as empresas de transformação e de alta tecnologia implantadas nos EUA, além de programas de treinamento profissional.

Na área de comércio exterior, Obama reiterou a meta de dobrar as exportações norte-americanas no prazo de cinco anos, de avançar nas negociações de novos acordos de livre-comércio e de reforçar a promoção das exportações e da defesa comercial com a criação de uma unidade de acompanhamento da aplicação das regras comerciais para investigar práticas desleais de comércio em países como a China.

Contrastando com as iniciativas do governo americano, no Brasil, nos últimos dez anos, as medidas de apoio à indústria ignoraram a principal causa da perda de sua competitividade: o custo Brasil –um ônus que tem provocado um efeito devastador na economia, mas isto parece não ser compreendido pelo governo. A perda de mercados no setor exportador de bens manufaturados, o crescente êxodo de empresas nacionais

para o exterior e, a médio e longo prazos, o aumento do desemprego e a redução das taxas de investimento decorrem do fato de o país não ter eliminado suas deficiências estruturais.

Como nos EUA, a desoneração tributária deveria encabeçar a agenda do governo brasileiro para enfrentar a queda da competitividade externa. É preciso ter em mente que a defesa comercial por si só não melhora a competitividade. Existência de elevado custo de energia, taxas de juros exorbitantes, câmbio desfavorável, burocracia disfuncional, sistema tributário complexo e alta carga tributária, elevado custo de empreender (custos de transação), precária rede de infraestrutura-logística, má qualidade da educação, mão de obra de baixa qualificação, corrupção e legislação trabalhista arcaica, são exemplos de gargalos que diminuem a competitividade econômica dos produtos brasileiros. Se essas deficiências fossem atenuadas, a indústria poderia ter uma redução es-

timada pela Fiesp em mais de 35% do custo final dos produtos.

Na visão das lideranças empresariais, não se trata apenas de reivindicar mais uma política industrial, mas de efetivar medidas que tenham imediata repercussão na competitividade do setor produtivo. As medidas recentemente adotadas pelo governo, ao invés de reduzir, estão aumentando o 'custo Brasil'.

O setor privado já fez sua parte, elevando a produtividade dentro das empresas, mas se o governo realmente não se dispuser a atacar de frente o 'custo Brasil' não será possível estancar o processo de desindustrialização que o país atravessa.

Gargalos brasileiros

Há algo errado em um país que perde para a corrupção um valor anual estimado em R\$ 85 bilhões, que tem uma

máquina burocrática que cresce mais do que o PIB, que extrai dos contribuintes quase 40% do PIB em tributos, mas não consegue zerar o déficit público, que tem 120 milhões de cidadãos vivendo de salários pagos pelos três níveis de governo, que gastam mais com os aposentados do que com crianças e jovens, que gera eletricidade pelo processo mais barato do mundo e a entrega ao consumidor por um dos preços mais altos do planeta, que tem um sistema de remuneração do trabalho no qual para cada real de salário o empregador despende um real em encargos e tributos, que tem a legislação mais confusa e injusta do mundo e um sistema tributário complexo e oneroso. Enquanto não eliminar esses gargalos, o Brasil não poderá ser considerado um país plenamente desenvolvido.

Esta coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras e é elaborada sob a coordenação do economista Ronaldo Bomfim. cieam@cieam.com.br e rbomfim@hotmail.com

CNI

'Situação da indústria vai melhorar'

Apesar de o crescimento do faturamento real das indústrias brasileiras em janeiro ter recuado 1,4% na comparação com o mesmo mês de 2011, a CNI (Confederação Nacional da Indústria) avalia que a tendência para o setor é positiva para os próximos meses. Parte disso, segundo o gerente de Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco, se deve às medidas adotadas no ano passado pelo governo, que comecem a surtir efeito.

“A nossa expectativa é de melhora gradual para os próximos meses. Os dados de janeiro são ainda ambíguos, com sinais positivos, mas também negativos, como na queda do faturamento. Houve, possivelmente, uma redução nos estoques. Isso pode significar que as empresas estejam voltando a um grau de normalidade”, disse Castelo Branco durante o anúncio dos indicadores in-

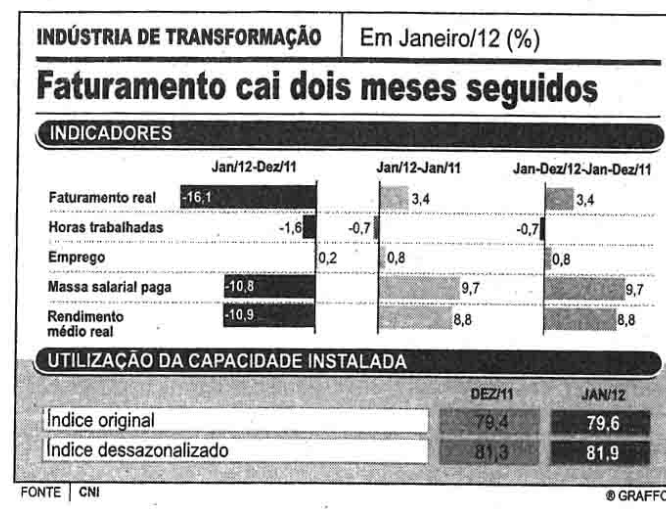
dustriais referentes a janeiro.

“Mas há medidas tomadas pelo governo no ano passado que começam a ter impacto”, lembrou referindo-se às desonerações tributárias adotadas pela equipe econômica.

“Por fim, na quarta-feira (7), com a queda mais forte dos juros, a expectativa é que tenhamos ainda quedas futuras, reduzindo o custo financeiro das empresas e estimulando a demanda por parte das famílias”, acrescentou.

De acordo com Castelo Branco, esse conjunto de ações, vindo acompanhadas de uma melhora no ambiente internacional e de soluções para os problemas fiscais da Europa, levarão as atividades da indústria “a uma gradual recuperação”.

“Mas para uma retomada mais forte, precisamos de medidas adicionais que reforcem a competitividade dos produ-



tos brasileiros nos aspectos tributários, custo de capital, logística, desoneração de folha e de outras agendas de longo prazo como educação e inovação, que precisam de uma implementação mais efetiva e mais célere”, completou.

Os setores industriais que, segundo os indicadores da

CNI, apresentaram os melhores índices de faturamento em janeiro, na comparação com o mesmo mês de 2011, foram os de material eletrônico e de telecomunicações (40,8% a mais), de Madeira (27,2%), papel e celulose (22,8%) e máquinas e equipamentos (17,8%), de acordo com o estudo.

Nota Fiscal Eletrônica

Oito mil do varejo já aderiram no AM

Cerca de 8 mil empresas varejistas do Amazonas já aderiram à Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) para documentar suas operações junto à Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz), órgão do governo do Amazonas. Obrigatório para todos os estabelecimentos comerciais do Estado, a partir de julho deste ano, o novo sistema oferece maior segurança na prestação de informações, facilita o monitoramento do contribuinte e agiliza o processo de emissão de documentos fiscais substituindo

as notas impressas modelos 1 e 1A - usadas nas operações de entrada e saída de mercadorias entre empresas.

O varejo é o último segmento da economia amazonense a ser incluído no cronograma de adesão obrigatória a NF-e, iniciado em 2008 pela Sefaz. Estabelecimentos industriais, atacadistas, bem como empresas que atuam em operações interestaduais, de comércio exterior e vendas para órgãos públicos já usam o documento eletrônico nas transações comerciais. De

acordo com a Sefaz, ainda faltam cerca de 2.000 empresas de varejo aderirem à NF-e.

Com a adesão à nota eletrônica, as empresas ganham maior autonomia na emissão dos documentos fiscais e podem fazer a expedição virtual sem a necessidade de autorização prévia da Sefaz. Atualmente, o talonário de notas fiscais na forma impressa só é obtido após anuência da Secretaria de Fazenda, o que leva aproximadamente duas semanas para ocorrer.

Regularização

Parlamento discute pequeno empreendedor

Frente parlamentar amazonense realiza seminário para orientar, organizar e aproximar os micro e pequenos empreendedores do Estado

Com o objetivo de sensibilizar os empreendedores que ainda não têm sua situação fiscal formalizada no Estado, a Frente Parlamentar Estadual de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais do Amazonas (Frempeei-AM) realizará, no próximo dia 23, o seminário "Políticas Públicas para Empreendedores", a fim de esclarecer dúvidas sobre o processo de formalização e ampliação dos negócios, além de aproximar os agentes financeiros dessa classe empresarial.

O presidente da Frempeei-AM, Adjuto Afonso (PP), anunciou o evento, ontem, durante seu pronunciamento na tribuna da Assembleia Legislativa do Amazonas (ALE-AM). O parlamentar também aproveitou a ocasião para parabenizar o governador Omar Aziz pelo lançamento do programa "Oportunidade e Renda", que visa qualificar mais 20 mil pessoas no Amazonas. "O povo amazonense tem um potencial empreendedor muito grande e é preciso criar oportunidades para que haja um maior desenvolvimento do nosso Estado, justamente o que o governador Omar Aziz e sua equipe estão



Foto: Divulgação/ALE-AM

O deputado Adjuto Afonso é o presidente da Frente Parlamentar voltada aos micro e pequenos empreendedores

fazendo, buscando geração de emprego e renda com a qualificação necessária para transformar ideias em negócios", destacou.

Sala para o empreendedor

Adjuto informou, ainda, que esteve em viagem durante dois dias em São Paulo, acompanhando reuniões no Sebrae e outros órgãos do governo fe-

deral para conhecer programas que possam ser implementados no Estado. "Estou otimista com a realização desse seminário, que conta com grande adesão de micro e pequenos empreendedores e empreendedores individuais. Eles aproveitarão este primeiro momento para elucidar dúvidas sobre o processo formal e contatar com agentes financeiros oficiais

e a própria Junta Comercial (Jucea), de modo a obter informações necessárias para seu desenvolvimento", destacou. Na oportunidade, Adjuto informou que será inaugurada a sala da Frempeei-AM, uma parceria entre o ALE-AM, Sebrae, e governo do Estado, que prestará apoio e informações a este importante segmento da economia amazonense.

Contas

CGU-AM realiza treinamento no Sebrae

Na última quarta-feira, no auditório do Sebrae, a Controladoria-Geral da União (CGU-AM), Regional do Amazonas, no âmbito do Programa de Orientação e Capacitação dos Gestores Públicos Federais, realizou treinamento objetivando disseminar as normas para elaboração do Relatório de Gestão, do Processo Anual de

Contas referentes ao exercício de 2011 e, também, apresentou a Lei de Acesso à Informação Pública, abordando os principais pontos da nova legislação e seu cronograma de implementação. A Lei 12.527/11, entra em vigência a partir do próximo dia 16/05, portanto, a partir dessa data, a sociedade pode solicitar

informações sobre ações e programas de qualquer ente que opere com recursos do governo federal. O evento também contribuiu para estreitar o relacionamento entre a CGU, TCU e dirigentes e representantes de órgãos/entidades federais do Amazonas.

Para o superintendente da Conab, Thomaz Silva, presente ao

encontro, a iniciativa da CGU-AM certamente trará benefícios ao processo de prestação de contas dos órgãos públicos, para ele a implementação da Lei de Acesso à informação é uma importante conquista da sociedade brasileira que poderá acompanhar, mais de perto, a utilização dos recursos públicos.

Comércio em Ação



VIVIANE FREITAS

Excelência sindical é condição para um comércio forte

Iniciamos o ano de 2012 conscientes que vivemos e trabalhamos em um país que vem se destacando como potência econômica emergente. Os efeitos nefastos do monumental abalo financeiro que assolou o mundo estão sendo debelados com surpreendente celeridade pela economia brasileira. Isso se faz numa ação sinérgica do governo, em todas as suas esferas, e, em especial, do empresariado de todos os setores produtivos. Esses efeitos não foram vencidos pelo clima de incerteza que dominou o cenário econômico.

Contudo, a recuperação tem sido lenta para os segmentos mais dependentes do comércio internacional e ajustes estruturais internos serão necessários para voltarmos para a rota do crescimento sustentável. O período de turbulência, paradoxalmente, serviu para patentear os bons fundamentos da economia brasileira, evidenciando a força do seu mercado interno e o enorme potencial de crescimento do país no pós-crise.

Todos nós sabemos que o momento é de adaptação e flexibilização aos novos tempos. É necessário sabermos lidar com as demandas e os desafios impostos por um mercado competitivo, ágil, reativo e pró-ativo. Neste período pós-crise, o ambiente de negócios está sendo orientado pelas variáveis, inovação e sustentabilidade. Isso exige de nossas organizações um novo olhar, uma nova visão prospectiva, ou seja, um novo posicionamento estratégico. É da natureza do empreendedor acreditar em seu negócio, enxergar adversidades como desafios e oportunidades e aproveitá-las, de forma criativa, reforçando o sentimento de equipe e de inteligência coletiva, que está presente em qualquer empresa que valoriza o seu capital maior: as pessoas. Hoje, buscamos novos resultados, sustentados por uma gestão que valoriza questões sociais e ambientais.

A Fecomercio Amazonas e seus sindicatos filiados estão conectados a esse novo contexto, de forma ativa. Uma das ações é a implementação do planejamento estratégico como uma ferramenta de gestão, pautada em princípios éticos, visando produzir um sindicalismo de excelência para seus representados, que atuam no comércio de bens, serviços e turismo do Amazonas.

A quebra de paradigmas, em um mundo ditado pelo conhecimento, exige uma postura atenta, participativa e catalisadora de nossas entidades de classes. Assim, o nosso objetivo maior é gerar um ambiente de competição saudável, inovador e estimulante, em prol da geração de resultados e metas, focados na defesa da longevidade das nossas empresas, inseridas em uma moldura de fortalecimento do bem-estar social.

O nosso trabalho, de coordenação e supervisão, consagra uma ampla folha de serviços,

para o fortalecimento de nosso sistema sindical patronal, pautados pela ética, em busca de uma excelência de relacionamento entre nossos pares e os governos em suas diversas esferas. A nossa base sindical é responsável pelas negociações das convenções coletivas, com todas as categorias profissionais correlacionadas; desenhando, conjuntamente com os trabalhadores, importantes arranjos normativos, que harmonizam as relações de trabalho e ampliam as perspectivas de desenvolvimento econômico e social.

Um sindicato representativo projeta uma categoria econômica forte e, por consequência, é instrumento aparelhado para exercer e bem sustentar as atribuições que lhe são próprias. A estrutura necessária para a realização de nosso trabalho exige a participação constante dos empresários no fortalecimento de sua entidade de classe. Nessa linha, importante frisar que, a contribuição sindical patronal é o instrumento viabilizador de nossas ações. Sua contribuição e participação na vida sindical são essenciais para que nossos

ideais se consolidem e a nossa luta se fortaleça.

É exatamente essa comunhão de vontades e de interesses, legitimados pela Instituição que, cada dia mais, garante que Fecomercio Amazonas e seus sindicatos filiados articulem-se para coordenar, defender, orientar, proteger e representar os interesses das atividades e categorias econômicas que descrevem o setor de maior peso no PIB do nosso Amazonas. Assim, teremos condições para gerar resultados positivos e desenvolver a sociedade.

Vamos juntos, iniciar mais um ano de trabalho, dando vida ao ciclo dinamizador da economia, através da distribuição da riqueza do Amazonas e do país. É no comércio que o homem encontra o campo mais fértil de oportunidades de negócios e trabalho, e não será diferente neste pós-crise. Não podemos nos esquecer que —independente das turbulências ou da prosperidade— o comércio é a vida da cidade.

**"A Fecomercio
Amazonas
e seus
sindicatos
estão
conectados"**

orientada para as necessidades de nossas empresas, assim como para toda a sociedade amazonense e brasileira, nas quais esse sistema se encontra inserido.

Como representantes legais de nossos segmentos, nossos líderes e técnicos participam de Conselhos, Fóruns e Colegiados municipais, estaduais e federais em nome do setor.

Lutamos, de forma sinérgica,

VIVIANE FREITAS é jornalista e pós-graduada em Marketing e sua coluna é publicada todas as sextas-feiras. viviane.freitas@jcam.com.br

TECNOLOGIA BARÉ

Faltam pequenos ajustes

Máquina descorticeira de fibras de juta e malva está em seu 30º protótipo e prestes a se tornar economicamente viável

CIMONE BARROS
cimone@acritica.com.br

Depois do desenvolvimento de 30 protótipos diferentes, a máquina descorticeira de fibras de juta e malva avançou e pode tornar-se uma tecnologia sustentável para a cadeia de fibras vegetais no Amazonas, maior produtor da cultura no País. Ainda faltam alguns ajustes para que a máquina ganhe escala comercial e não só retire o juticultor da água, principal objetivo da descorticeira, mas também atenda às exigências da indústria, como a retirada da resina da fibra.

Segundo o secretário de Estado de Produção Rural, Eron Bezerra, no Amazonas, a cultura desenvolvida às margens dos rios envolve 8 mil famílias e movimenta R\$ 24 milhões, considerando uma produção de 12 mil toneladas por ano. Mas para 2012, com a acelerada subida das águas, a Sepror estima uma perda de 30% da produção.

Além disso, outro problema diz respeito às importações desmedidas de sacaria da Índia e de Bangladesh, que chega ao Brasil a preços mais baixos que os praticados

por fábricas locais. Aqui era vendida por R\$ 4,70, agora R\$ 3,70, e os importados chegam a R\$ 2.

"Desconfiamos que é uma importação com subvenção, uma política de dumping (venda com preço abaixo do custo de produção)", disse Eron Bezerra, que esteve em Brasília pedindo providências ao Governo Federal. O deputado estadual Orlando Cidade também fez o mesmo esta semana.

Os resultados dos últimos cinco anos dos protótipos da descorticeira como separação da fibra do caule sem trituração da fibra, foram discutidos ontem no "1º Seminário das culturas de juta e malva no Estado do Amazonas: estado da arte, inovações sociotecnológicas e perspectivas", no auditório Paulo Bührnheim (Mini Campus), da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Promovido pelo Núcleo de Socioeconomia (Nusec), o evento segue hoje, das 8h às 12h.

De acordo com a coordenadora do Nusec, Therezinha Fraxe, a Ufam já comprou cerca de 80 protótipos da máquina, que chegou a sua 30ª versão. Atualmente, 60 delas estão em campo em



Com a descorticeira em operação, o juticultor será retirado da água

PROTÓTIPO

Protótipo - Máquina descorticeira
Retira o produtor de juta e malva da água
Reduz o tempo de maceração de 15 para quatro dias, em média
Reduz o peso do feixe a ser transportadora para a água (só leva a fibra)
Custo entre R\$ 6 mil e R\$ 9 mil
Tem aprox. 1m x 0,50 cm e pesa 35 kg. Em 1970 pesava 300 kg
Consome 1 litro de gasolina/ hora (utiliza gasolina no motor rabeta). A meta é chegar a 200 ml/h.
Retira a fibra de 800 kg/dia de malva verde (meta 2 mil). Um bom produtor tira 100 kg de malva seca/dia.
A fibra retirada pela máquina é mais resistente
60 descorticeiras são usadas por agricultores no interior, em fase de teste.
Falta melhorar o aspecto da resina deixada na fibra.
Demonstrou ser sustentável nos aspectos econômicos, social e ambiental.

comunidades de Manacapuru, Caapiranga, Anori e Coari. As máquinas são consideradas tecnologias sociais, já que a comunidade experimenta, repassa informações sobre o uso da máquina (produtividade, tempo utilizado e combustível consumido), apontando o que precisa ser melhorado, segundo o engenheiro agrônomo e mestrando que estuda o assunto, Hélio Honorato.

"Acreditamos que estamos na última versão. E se for aprovada pela Sepror vai se tornar uma política pública, fazendo com que ela chegue ao produtor, melhorando sua produtividade e suas condições de trabalho", disse Fraxe.

Os protótipos são construídos pelo torneiro mecânico Amarantes de Araújo, cujo pai era juticultor. A Sepror também adquire essas máquinas e aos poucos vai estudando e melhorando-as, segundo o engenheiro mecânico Benjamin Mafra. "O descortçamento não quer dizer que a fibra vai sair pronta, porque tem a resina. No processo tradicional é retirada nos 15 dias em que ela fica afogada na água e podemos fazer isso colocando a fibra em tanques", disse Mafra.

Blog

Orlando Cidade

DEPUTADO ESTADUAL E
EMPRESÁRIO

"No início desta semana estive em Brasília, tratando sobre medidas de proteção e de fomento a cadeia de juta e malva no Amazonas. No Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), pedimos a suspensão da importação temporariamente de sacaria, tela e fio, por tempo indeterminado até que se regularize o mercado. A secretária de Comércio Exterior, Tatiana Lacerda, nos deu um prazo extraoficial de 30 dias para que isso aconteça. Já no Ministério da Agricultura, verificamos com o secretário executivo a possibilidade da Conab adquirir parte da nossa sacaria para embalagens dos gêneros alimentícios. Tudo o que for para a merenda escolar utilizaria sacos de fibra natural de 60 kg em vez de polipropileno, que é derivado do petróleo."

Taxa unificada de ICMS pode beneficiar Estado

Alíquota de 4% para importados entre os Estados, proposta pelo governo, serviria para equilibrar cobrança do tributo no país

**RICHARD RODRIGUES E
AGÊNCIAS**
Equipe EM TEMPO

O governo federal pretende estabelecer alíquota única de 4% acima do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) destinada para produtos manufaturados importados entre os Estados brasileiros. A iniciativa, que

será submetida para votação no Senado, foi vista como benéfica para o Amazonas por especialistas, pois concederá "igualdade fiscal" na cobrança do tributo entre todas as unidades da federação.

De acordo com o consultor econômico José Laredo, caso seja aprovada pelo Senado, a medida poderá beneficiar o Estado, em relação às vantagens tributárias concedidas por outros Estados e desfavorecer a guerra fiscal entre as

unidades da federação. "Desse forma, os Estados, inclusive o Amazonas, estarão no mesmo nível e não poderão praticar alíquotas menores de ICMS, já que haverá um percentual estabelecido e que deverá ser cumprido", avaliou Laredo, ao pontuar, ainda, que a medida garantiria a competitividade dos produtos fabricados no Polo Industrial de Manaus (PIM).

O economista Assis Mourão Júnior foi mais além. Para ele, a alíquota única beneficiaria o Amazonas, mas outras medidas, como a Reforma Fiscal, também deveriam ser definidas. "A alíquota única garantiria a competitividade de todos os Estados, e nenhuma outra localidade poderá oferecer uma tributação diferenciada. Porém, acredito que a igualdade poderia ser ocasionada, por meio de uma

Reforma Tributária, já que, atualmente, o pagamento de impostos no Brasil é equiparado a países de primeiro mundo, enquanto os serviços disponibilizados são de terceiro mundo", comentou.

Competitividade

Mourão Júnior acrescentou, ainda, que as "costuras" ligadas à medida são apenas uma das alternativas que poderiam promover a competitividade

entre os Estados, mas, com a reforma tributária, o Amazonas estaria no mesmo patamar das demais unidades da federação e ainda asseguraria os direitos do modelo Zona Franca de Manaus (ZFM).

Consultada, a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) preferiu não se pronunciar sobre o assunto, mas informou que já estuda os impactos que a medida, se aprovada em Brasília, pode ter no Amazonas.

Taxa unificada de ICMS pode beneficiar Estado (continuação)

Compensações estão previstas

Mesmo com a alíquota única de 4% estabelecida para o país, o governo compensará os Estados que, hoje, praticam políticas de estímulo às importações, por meio de alíquota zero no ICMS interestadual, como Santa Catarina e Espírito Santo.

Esses Estados receberão, em troca, compensações do governo federal, como ampliação do limite de endividamento junto a instituições multilaterais de crédito para novos investimentos. Esse foi o acordo fechado entre os senadores da base aliada do governo Dilma Rousseff e o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Mantega informou que está se constituindo um acordo para a Resolução 72 do Senado, e a tendência é de que a medida seja aprovada, logo após as audiências públicas que serão realizadas na próxima semana. Já segundo os se-

nadores Romero Jucá, líder do governo no Senado, e Eunício Oliveira, presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) no Senado, o governo se comprometeu a encontrar formas de compensação financeira aos Estados que perderem

TRÂMITE

Senado Federal pode estabelecer alíquotas de ICMS para operações interestaduais. Medida deve ser feita por meio de resolução proposta pelo presidente ou pelos próprios senadores

recursos com a adoção da alíquota interestadual única de 4% do ICMS sobre importações.

O Senado vai realizar audiências públicas com os governadores do Espírito

Santo, Santa Catarina e Goiás na próxima terça-feira, para discutir o acordo. No mesmo dia, o ministro Mantega deverá participar de audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em Brasília. Na próxima quinta-feira, os senadores realizam nova audiência pública, dessa vez com líderes das entidades patronais da indústria e dirigentes das centrais sindicais.

De acordo com a Constituição Federal, o Senado Federal pode estabelecer as alíquotas de ICMS para operações interestaduais. Essa definição pelo Senado deve ser feita por meio de resolução proposta pelo presidente da República ou pelos senadores. O acordo entre o Ministério da Fazenda e os líderes da base aliada do governo no Senado tem o objetivo de facilitar a aprovação da referida resolução, quando ela for à votação no Senado.

Estoque de juta e malva preocupam

Sepror alega que prática de 'dumping' pela Índia compromete expansão dos negócios no AM

TEXTO Luis Motta
FOTO Divulgação

MANAUS

Cerca de 1 milhão de sacos de fibra vegetal, referente a 15% da safra, estão formando estoque nas fábricas de beneficiamento do Amazonas por conta da 'invasão' das sacarias da Índia. A análise é do secretário de Estado da Produção Rural (Sepror), Eron Bezerra, que suspeita de prática de dumping pelos produtores indianos.

"O problema é que os empresários que exportam café passaram a importar saco pronto e com isso eles estão provocando um desarranjo na atividade produtiva do Amazonas", disse Eron.

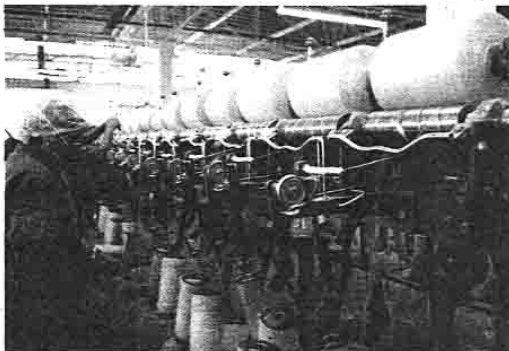
De acordo com o secretário, um saco de fibra do Amazonas é vendido entre R\$ 4 e R\$ 4,50, enquanto que o indiano sai por R\$ 2. A desconfiança é de que os indianos vendem a fibra

com valor abaixo do custo de produção, considerado prática de dumping. "Nós desconfiamos que ele é importado com subvenção, numa política de dumping porque não há outra explicação pra um saco ser produzido na Índia chegar em São Paulo e Minas Gerais mais barato do que um saco produzido no Amazonas", explica.

O secretário justifica que o governo brasileiro não é contrário à importação de fibra vegetal, já que o Brasil consome 20 mil toneladas da fibra e só produz 12 mil toneladas, mas que o governo é contrário sim à compra de sacos indianos, pois prejudica o Amazonas.

O secretário afirma ainda que o governo já acionou o Ministério da Agricultura e da Ciência e Tecnologia pra tentar impedir a importação de sacarias.

A informação foi dada durante o I Seminário das Culturas de Juta e Malva do Amazonas, realizado ontem na Uni-



Um saco de fibra do Amazonas é vendido entre R\$ 4 e R\$ 4,50, enquanto o indiano sai por R\$ 2

OS NÚMEROS

12.000

toneladas de juta e malva são produzidas por ano no Amazonas, segundo a Sepror. O Estado é o maior produtor dessa fibra no País.

8.000

trabalhadores formam a cadeia produtiva de juta e malva no Estado, que reúne ainda três fábricas de beneficiamento.

versidade Federal do Amazonas (Ufam).

O evento, organizado pelo Núcleo de Socioeconomia (Nusec) da Faculdade de Ciências Agrárias (FCA) da Ufam, discutiu a cadeia produtiva de juta e malva no Estado e contou com a participação de órgãos, especialistas e produtores.

Durante o evento, Eron anunciou ainda que o Amazonas está se preparando para substituir os sacos plásticos por sacos de fibra vegetal, que custariam entre R\$ 0,20 a R\$ 0,30.

O Amazonas hoje é o maior produtor de juta e malva do País, com uma produção anual de 12 mil toneladas por ano e um faturamento que chega aos R\$ 24 milhões.

A cadeia produtiva amazônica envolve mais de oito mil produtores. O Estado conta ainda com três fábricas de beneficiamento, uma em Manacapuru e duas em Manaus.